

HABEAS CORPUS Nº 549.146 - PR (2019/0359372-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RODRIGO CRISOSTOMO CARDOZO
ADVOGADO : RODRIGO CRISOSTOMO CARDOZO - PR089965
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : FLAVIO LINHARES DE LARA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de FLAVIO LINHARES DE LARA contra ato do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Apelação n. 0033399-49.2017.8.16.0019).

Extraí-se dos autos que o paciente foi denunciado e condenado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 180, caput, do Código Penal - CP e 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 (receptação e tráfico de drogas), às penas de 1 ano e 22 dias de reclusão, e 7 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, respectivamente, em regime fechado, mantida a prisão preventiva (fls. 28/37).

Em 17/12/2018 a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, e até o momento não foi julgado.

A defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que negou seguimento ao *writ* (fl. 44).

No presente *mandamus*, a parte impetrante alega a ocorrência de constrangimento ilegal, pois seria flagrante o excesso de prazo para o julgamento da apelação.

Aduz que sua prisão perdura por mais de 2 anos, cumprindo antecipadamente a pena.

Pleiteia, assim, em liminar, a concessão da liberdade ao acusado, ou a prisão domiciliar ou a imposição de medidas cautelares diversas da constrição.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator